

Pública, 12/7/2009

Textos de São José Almeida

O Estado Novo dizia que não havia homossexuais, mas perseguia-os

No Estado Novo podia-se ser homossexual, mas não se podia dizer. Nem no mundo da alta sociedade, dos "marqueses" e das festas com homossexuais nas casas particulares. Nem no mundo dos bares e dos clubes, no mundo da rua, dos engates nos urinóis, nos jardins e nos cais e estações, na homossexualidade do bas-fond. A distinção entre estes dois mundos surgia quando se era apanhado: os protegidos do regime eram poupados, os outros eram internados, espancados, humilhados.

Como era ser homossexual no Estado Novo? Como era viver no reino do não dito e do semipermitido? As respostas encontradas pela Pública - com a ajuda de estudiosos e de homossexuais que viveram sob estes anos de chumbo, alguns dos quais ainda hoje aceitam apenas falar sob anonimato - revelam um quadro repressivo feroz para a generalidade dos homossexuais apanhados pelas rusgas da polícia e uma permissividade calada, que ignora, ou finge que não existe, a prática por uma elite que, pelo seu estatuto social, está acima da moral e sobretudo da lei. "Não se fala e não existe. A regra é esta. A homossexualidade era o segredo que toda a gente sabia. E, como toda a gente sabia, ninguém dizia", afirma António Fernando Cascais, professor universitário e um dos mais antigos activistas da defesa dos direitos dos homossexuais em Portugal.

"Há um tratamento diferente de acordo com a classe social, uma diferenciação de tratamento que vem de antes e que se intensifica com o Estado Novo", explica Cascais, que tem a mais completa base de dados sobre História da homossexualidade em Portugal: "Normalmente, as classes mais baixas --- que são arrebanhadas na rua - são humilhadas nas esquadras e espancadas em público, passeadas nas ruas, postas a lavar o chão. Já para as famílias das elites há um sentimento de permissividade, de serem vistos como pessoas que não têm de partilhar da moral comum, a moral burguesa."

Havia, pois, liberdade para quem tinha estatuto social e dinheiro. "Nós tínhamos dinheiro para pagar e para fazer muita coisa - pagar o silêncio da sociedade e pagar o silêncio da polícia", assume António Serzedelo, professor reformado e dirigente da Opus Gay, que em Maio de 1974 foi co-autor, com amigos de Lisboa e do Porto - entre os quais o sociólogo José António Fernandes Dias - do manifesto Liberdade para as Minorias Sexuais, do Movimento de Acção dos Homossexuais Revolucionários (MAHR).

Lei sem nome

A lei era clara. A homossexualidade começou a ser punida pelo Código Penal a partir da revisão de 1886, através dos artigos 70.º e 71.º, que perdurarão quase 100 anos - até 1982. Sem nunca

mencionar a palavra, prescreve-se que aos que "se entreguem habitualmente à prática de vícios contra a natureza" passam a ser "aplicáveis medidas de segurança", como o "internamento em manicómio criminal", "internamento em casa de trabalho ou colónia agrícola", "liberdade vigiada", "caução de boa conduta" e "interdição do exercício de profissão".

A condenação da homossexualidade vai ser apertada através das leis. A "lei de Julho de 1912 apresentava uma definição de 'vadio' próxima da do Código Penal e que especificava que se aplicava ao homossexual", escreveu a antropóloga e professora universitária Susana Pereira Bastos em *O Estado Novo e os Seus Vadios* (Dom Quixote, 1997). Uma determinação que passará a ser aplicada em 1945 pelos Tribunais de Execução de Penas.

A Mitra, criada em 1933 para receber mendigos e vadios, é o lugar de internamento de muitos dos homossexuais apanhados pela polícia - isso durou até 1952, quando foi transformada em instituição parapsiquiátrica. Outro lugar era a Colónia de Trabalho do Pisão, segundo Susana Pereira Bastos. Cascais refere que muitas mulheres homossexuais foram "deportadas dentro do país para Castro Marim".

Contra a "corrupção literária"

Na década de 1920, há na Europa, sobretudo na Alemanha, a "expressão de uma cultura homossexual literária e uma discussão científica sobre a homossexualidade" que em Portugal é acompanhada pelas "elites sociais e culturais", diz Cascais. Mas o vanguardismo literário português vai ser cortado ainda antes do 28 de Maio de 1926 - golpe de Estado, liderado por Gomes da Costa, que inicia os 48 anos da ditadura portuguesa e que levará Salazar ao poder - por um movimento que anuncia o esteio cultural e mental de adesão ao salazarismo.

Liderada por Pedro Theotónio Pereira, a Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa, movimento católico criado em 1923, consegue que o Governo Civil interdite os livros de poesia homossexual de Judith Teixeira (*Decadência*), António Botto (*Canções*) e Raul Leal (*Sodoma Divinizada*). A polémica levará à ostracização destes três poetas. Raul Leal vivia em Paris, mas António Botto e Judith Teixeira foram perseguidos. Botto foi demitido da função pública e acabou por fugir para o Brasil com a mulher, que no Rio de Janeiro o acompanhou até ao fim. Doente, sofrendo delírios da sífilis, morreu na miséria em 1959. Cascais recorda que a sua pobreza era tal que "comia farinha com água". O poeta tentou, por todos os meios, voltar a Lisboa, ao ponto de escrever ao cardeal Gonçalves Cerejeira, chefe da Igreja católica portuguesa, dedicando-lhe o poema *Fátima* e oferecendo a letra do hino do 13 de Maio, o *Ave, Fátima*.

Judith Teixeira, por sua vez, foi gradualmente remetida ao absoluto silêncio até morrer, também em 1959, mas em Lisboa. Foi ainda mais maltratada do que Botto ou Leal, diz a historiadora Alice Samara. "[Fernando] Pessoa, no texto que escreve em defesa dos dois, não fala dela." A crítica que lhe é feita, à época, "é política e não literária". Essa ferocidade tem uma razão: "É uma mulher que quebra o pudor e afronta o homem. Até Marcello Caetano escreveu contra ela."

A partir daí e durante décadas, a homossexualidade exprime-se na literatura de forma cifrada, críptica: "Ninguém queria ter a sorte de Botto e de Teixeira", diz Cascais. "O próprio Eugénio de Andrade disse que não queria pagar em vida o que Botto pagou."

Este quadro de autocensura nas artes só é quebrado pela geração dos surrealistas e por figuras como Mário Cesariny e Natália Correia, que, diz o professor e activista, "reconquistam uma liberdade para a homossexualidade que se amplia na geração de Ary dos Santos e mais ainda na geração de antes do 25 de Abril". Essa recuperação de espaço de criação homossexual é também construída pela poeta Manuela Amaral, lembra Maria Andrade, responsável pela antiga revista lésbica Lilás.

"As artes estavam sujeitas a uma censura férrea e os homossexuais era onde mais ferozmente insidia a censura, isto desde que a expressão artística não estivesse ligada ao regime", prossegue Cascais. Mas "há pessoas que furam essa censura". Um deles é o actor e declamador João Villaret, que "expressa subtilmente a sua homossexualidade fazendo homenagem e recuperando para a sociedade portuguesa a poesia de António Botto, com o argumento de que quem lhe tinha aberto o caminho da declamação tinha sido Botto."

Intocáveis do regime

Mas se a moral de Theotónio Pereira passa a ser a bitola para a maioria da sociedade, entre os que não eram perseguidos pela polícia estavam os apoiantes do regime. "Havia gente reconhecida pelo regime que vivia a sua homossexualidade em privado", diz Cascais.

O caso mais exemplar e apontado por vários dos entrevistados da Pública, entre os quais o dirigente do PCP Ruben de Carvalho, é o do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros durante o consulado de Salazar, Paulo Rodrigues. Mas há mais casos. Cascais lembra Virgínia Vitorino. "Nos anos 1930, ela escrevia uma poesia subtil, era dos autores mais vendidos e tinha um programa na rádio com audiência, onde fazia a apologia do regime, nomeadamente nas peças de teatro. E ninguém lhe tocava."

Também a intelectual e escritora Edith Arvelos "nunca foi incomodada", sublinha Cascais. O escritor Eduardo Pitta conta que ela viveu em Moçambique com a cantora italiana Wanda del Ré e que depois de se separar veio para Lisboa e viveu em casa da escritora Fernanda de Castro, de quem escreveu as memórias. A própria "Fernanda de Castro e António Ferro eram um casal maldito pelas suas relações, mas eram protegidos porque eram do regime", diz Cascais.

O investigador explica que "o círculo de amigas de Fernanda de Castro, onde Natália Correia se inicia ainda jovem nas lides literárias e que se juntava, por exemplo, em férias no Algarve, era claramente um círculo de relações homossexuais". Cascais lembra "que a homossexualidade e a bissexualidade era uma coisa consentida e vivida em certos meios intelectuais com normalidade", e como prova aponta "uma entrevista do jovem [ainda jornalista] António Ferro, para o Diário de Notícias, feita em Paris à escritora Collette, em que, escreve ele, ela acabou a conversa à pressa porque tinha de ir a uma festa ter com uma

menina que não podia perder". Ou seja, "há um lado de integração da homossexualidade no regime e de promoção de homossexuais pelo regime, nomeadamente pelo Secretariado de Propaganda Nacional do mesmo António Ferro, sendo o cineasta Leitão de Barros um caso notório".

A repressão de Egas Moniz

Ainda que existisse nas vanguardas culturais e nas elites certa abertura, ao quadro legal repressivo somava-se uma ciência ao seu serviço para enquadramento ideológico.

"Não tivemos um Magnus Hirschfeld [cientista alemão defensor dos direitos dos homossexuais que viveu entre 1868 e 1935]", diz Cascais, para quem "a ciência portuguesa é conservadora, é a ciência da repressão e da medicalização - veja-se o caso de Egas Moniz". Foi o Nobel da Medicina quem, em Portugal, doutrinou as teorias médicas que definiram a homossexualidade como doença. É esta escola que será seguida e aprofundada por Arlindo Camillo Monteiro e Asdrúbal António de Aguiar, do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, que estudam "casais lésbicos do povo, em que um dos membros assume um género masculinizado", revela Paulo Guinote, autor do blogue A Educação do Meu Umbigo, na sua tese de mestrado Quotidianos Femininos (1900-1933).

Perante a homossexualidade, e mesmo nas elites, o tratamento psiquiátrico e os choques eléctricos são prática comum. "O caso mais célebre é o do bailarino Valentim de Barros, que morreu nos anos 1980, no Hospital Miguel Bombarda, onde viveu quase 50 anos", depois de ter sido internado em 1938. Este é um claro caso de repressão médica sobre alguém com mudança de identidade de género - Valentim Barros era travesti no dia-a-dia. "Uma maneira de expressar a homossexualidade é fazer travesti, ficaram famosos os travestis de Irene Isidro", lembra António Cascais.

A repressão é assim enquadrada pelo discurso da "verdade científica" garantido por alguns médicos. No fundo, a ciência serve também a ideologia. "A homossexualidade é subversiva para o Estado Novo porque foge à norma", diz Maria Andrade, da revista Lilás. Põe em causa um pilar da sociedade burguesa concebida pelo salazarismo. "De um modo diferente do rufião, o homossexual subvertia igualmente os valores de honra masculinos, confundia as identidades de género, perturbava os códigos que geriam as relações entre os dois sexos, recusava a instituição familiar, o pilar do Estado Novo", explica Pereira Bastos.

"Mas isso existe?"

Com as mulheres, a construção ideológica de reprovação não era diferente. Diz Paulo Guinote que a homossexualidade feminina "significava a destruição dos principais papéis que a sociedade reservava à mulher: os de esposa e mãe".

Esta concepção ideológica do Estado Novo vai-se tornando cada vez mais estigmatizante devido ao papel social secundarizado da mulher. "Até à década de 1970, a mulher não tem

prazer sexual e estava à disposição do prazer sexual do homem, então como podiam ter prazer entre elas? As mulheres que tinham prazeres eram de mau porte", sintetiza Serzedelo para explicar o silêncio absoluto que caía sobre o lesbianismo em Portugal e que se foi agravando. Maria Andrade exemplifica com o caso da poeta Alice Moderno que vivia com Maria Evelina de Sousa, "relação que era pública e com os anos foi apagada". Um silenciamento que é confirmado por Guinote: "Havia poucos casos públicos em Portugal, era considerado um hábito de elites e havia até quem apontasse relações lésbicas à Rainha Dona Amélia", conta.

A estigmatização do lesbianismo leva mesmo a que as mulheres não sejam presas por serem lésbicas. "Quando havia festas, havia rusgas, mas não havia criminalização do lesbianismo. As mulheres eram presas porque tinham peças de roupa masculina", explica Maria Andrade. Paulo Guinote acrescenta que as lésbicas em que havia assunção de mudança de género e em que era manifesta uma identidade masculinizada eram presas por "uso de roupa do sexo oposto, uso de nome suposto e porte de documentação falsa".

A jurista Teresa Pizarro Beleza sustenta mesmo, num texto divulgado no PÚBLICO (21/07/1999), que "a lei ignorou a homossexualidade feminina provavelmente pelas mesmas razões que a Rainha Vitória ('mas isso existe?', perguntou ela) - porque ela é, nos quadros que vêm do moralismo oitocentista, o inominável. Ainda que a expressão legal pudesse abranger gramaticalmente a homossexualidade feminina, a jurisprudência entendeu-a sistematicamente como dizendo respeito à masculina".

O medo

É esta interpretação de "desvio" à ordem do salazarismo que leva a que a maioria dos homossexuais que caem nas malhas da polícia sejam internados, espancados e humilhados. Por isso, o medo da denúncia é uma constante até 1982, quando ser homossexual deixa de ser crime em Portugal. "Havia uma vigia constante em cima das pessoas, tínhamos medo desde a PIDE à vizinha do lado. Se uma vizinha não gostava de nós, denunciava-nos; as pessoas denunciavam para satisfazer ódios. Houve casos extremos, sei de uma actriz portuguesa que foi à polícia denunciar o filho", garante o artista plástico Óscar Alves, hoje com 74 anos.

O medo tinha razões reais, como a chantagem. "Se a polícia aparecia e prendia, pagava-se e o processo desaparecia", lembra Serzedelo, que concretiza: "Havia dois tipos de chantagem: a dos processos não avançarem e, para o povo, havia a pressão do Pisão, da Mitra e da cadeia, ou então aceitavam ser humilhados e escravos sexuais da polícia."

A chantagem policial era uma realidade constante e os homossexuais ouvidos pela Pública, que eram jovens no Estado Novo e pediram para não ser identificados, contam que era praticada até sobre a elite, como aconteceu com João Villaret e Leitão de Barros.

"Ser homossexual declarado era impossível nos anos 1950", garante Óscar Alves, porque "os homens eram perseguidos pela polícia e identificados". Autor da tese de mestrado *Do Acto à Identidade: Orientação Sexual e Estruturação Social*, Octávio Gameiro refere que Mário Cesariny foi várias vezes preso em rusgas a urinóis e sujeito a humilhações da polícia. Também

Yolanda Gonçalves, professora universitária reformada e co-fundadora da Ilga, relata que o seu tio, Mário Gonçalves, bailarino do Verde Gaio, foi preso. "Muitas vezes foi apanhado nas casas de banho públicas dos jardins, onde os agentes à paisana fingiam andar no engate."

A polícia "aparecia de repente e chateava e prendia", relembra Óscar Alves, dando como exemplo as "festas em casas particulares", onde, quando a polícia entrava, iam todos presos. "Era fatal."

Este medo condicionava comportamentos. "A repressão e a auto-repressão" impediam os homossexuais que "tinham relações de noite de se cumprimentarem quando se cruzavam na rua de dia", conta Serzedelo.

A excepção era a elite da sociedade de Lisboa e do Porto. O ex-corredor de automóveis Nicha Cabral, 75 anos, declara: "Nunca senti que fosse incomodado pela polícia. Eu achava que era normal o que fazia... homossexualidade, bissexualidade, nunca achei que fosse desvio, vivi sempre num meio não homossexual. Tinha um grande amigo, o actor Paulo Renato, um homem superiormente inteligente, que pensava exactamente como eu e que eu saiba ele não se sentia perseguido."

O caso Burnay

Mas a aparente liberdade em que se movia a elite social não dava aos homossexuais direitos. O caso de Carlos Burnay, de 24 anos, membro de uma das famílias influentes da época, ficou como um símbolo da discriminação do Estado Novo. Por mais que Ana Maria Burnay movesse influências, o assassino do seu filho Carlos nunca foi encontrado - no auto de ocorrências, a polícia escreve claramente que Carlos Burnay era homossexual e dava festas para homossexuais.

Óscar Alves recorda o clima que se instalou após Burnay aparecer morto com um tiro de pistola na cabeça, na manhã seguinte a ter dado uma festa numa das casas que a sua mãe tinha em Cascais. "Fui convidado mas não fui ao baile do Carlos Burnay, ele dava festas com homossexuais. O assassinio dele deu muito que falar e nunca se descobriu. Eu estava no [teatro] Monumental e o Rogério Paulo foi convidado e foi. Com medo do escândalo, casou à pressa. Ele não era homossexual, mas com medo casou com a rapariga com quem estava."

Se o medo dos homens era assim, na sociedade patriarcal portuguesa o medo das mulheres era ainda maior. Óscar Alves explica que, mesmo na elite, as mulheres, que se soubesse, eram poucas. "Havia a Natália [Correia], as histórias dela eram com mulheres, havia umas grandes amigas dela que conheci nos anos 1960", recorda. "Outra mulher assumidíssima era a Maluda, que tinha uma grande amizade com a Amália, mas a Amália não era." Acrescentando: "Havia a Luzia Maria Martins e a Helena Félix, que eram conhecidas, e a Irene Isidro, que fazia aqueles travestis. A mim disse-me ela muitas vezes: 'Tenho medo'."

Numa entrevista feita sob pseudónimo e publicada no n.º 3 da revista Lilás, em 1993, uma mulher identificada como Peres relata: "Nos anos 1950, era tudo à socapa, íamos de carro dar umas voltas por aqui e ali. Havia festas particulares." Já Marita Ferreira, autora do blogue

Tangas Lésbicas e co-fundadora da Ilga, explica que, mesmo nos anos 1970, o desporto era uma forma de as mulheres assumirem e viverem o lesbianismo sem serem incomodadas: "Praticar desporto era uma forma de poder ter relações com raparigas e dormir no mesmo quarto."

A discriminação das lésbicas era tal que, muitas vezes, eram os próprios homossexuais homens a fazerem-na. "Havia discriminação" e "as duas comunidades, gay e lésbica, não se cruzavam. As mulheres eram recatadas", diz Serzedelo. "E, embora houvesse uma ou outra que era presa por denúncia, eram raras."

Espaços públicos

Este era o mundo privado dos homossexuais durante o Estado Novo. Mas também havia um público. Os lugares de encontro foram evoluindo ao longo das décadas. Inicialmente, frisa Cascais, "não havia bares para homossexuais, as pessoas encontravam-se clandestinamente em espaços públicos".

Óscar Alves lembra que sempre houve festas particulares até ao 25 de Abril de 1974 e destaca que quando chegou a Lisboa, vindo do Porto, no início dos anos 1950, "ia às festas de um senhor de alta sociedade, Ayres Pinto da Cunha, que às quintas-feiras recebia homossexuais e artistas".

Além do mundo dos salões da classe alta, os intelectuais começaram nos anos 1960 a viver a sua homossexualidade com mais naturalidade. Mas mesmo nos grupos mais libertários havia diferenças de atitude, salienta. "No grupo surrealista, havia uns que não queriam que se soubesse, mas havia também o Cesariny que era assumidíssimo, dentro do que podia ser na época."

Óscar Alves serve-se precisamente da figura de Cesariny para explicar a diversidade da época. "O Cesariny não se dava com intelectuais, não gostava, gostava de se dar com pessoas do povo. Havia um grupo, em que o Cesariny andava, que gostava de marinheiros e não aparecia nos locais onde os outros intelectuais se juntavam. O Cesariny estava sempre na Reimar, que era mais povo e mais bas-fond."

Era na Cervejaria Reimar, na Rua do Telhal, em Lisboa, conta Serzedelo, que se juntavam figuras como "o Cesariny e o Ary" e "onde se misturava a elite e o povo homossexual". E era um lugar onde "havia liberdade de se sentarem ao colo e fazerem carícias".

Em Lisboa, os cafés Monte Carlo e Monumental, o Tony dos Bifes, "a Pastelaria Paraíso, na Avenida Alexandre Herculano, onde parava o escritor Bernardo Santareno", a Suíça e a Brasileira no Chiado são locais de encontro de homossexuais, segundo Serzedelo e Óscar Alves.

Já no Porto, "não havia nada", garante Óscar Alves, que conta como era ser homossexual no Porto, no final dos anos 1940. "Eu trabalhava no Teatro Experimental do Porto com o António Pedro, que não era homossexual, e o Vasco de Lima Couto. Íamos ao Café Rialto, na Sá da

Bandeira. Eu, enquanto estive no Porto, tomava todos os dias café com o Pedro Homem de Mello e com o Vasco de Lima Couto. Eles eram assumidos, toda a gente no Porto sabia, mas não se falava."

Este artista plástico salienta o ambiente fechado da sociedade portuense na época: "A única pessoa que tinha coragem de não se retirar se lhe atirassem alguma boca era o Eugénio de Andrade. No Pedro Homem de Mello também não se atreviam a tocar. O Vasco de Lima Couto sofria muito, mas também não se poupava. Era difícil. Por isso fugi para Lisboa em 1952, para a aviação militar."

Quanto a lugares de encontro nocturno no Porto, Óscar Alves diz que só havia o Jardim da Cordoaria e o Castelo do Queijo. Já em Coimbra, o local de engate, segundo Serzedelo, era o Jardim da Sereia. E em Lisboa havia variados jardins e locais públicos. "Os grandes centros de encontro eram os urinóis, as estações de caminho-de-ferro, os jardins, os cais de desembarque da outra margem, o Cais do Sodré, onde chegavam os marinheiros do Alfeite", conta Serzedelo. "Os senhores estavam lá com bons carros. O vocabulário era dissimulado. Dizíamos 'as gaivotas' para os marinheiros e 'as doroteias' para os soldados."

Quanto aos urinóis, "os dois principais eram o do Campo das Cebolas e o do Campo Pequeno", em Lisboa, conta Serzedelo, referindo ainda que, à época, "os jardins eram seguros em relação à polícia e não tinham prostituição". O Parque Eduardo VII era frequentado para encontros, uma das formas, naqueles anos, de um homossexual conhecer outro. "A zona da Estufa Fria era onde ia, por exemplo, o [maestro] Lopes Graça", lembra Serzedelo. "O Campo Grande era outro jardim frequentado por causa dos estudantes das universidades de dia e de um quartel que havia ali, à noite." E Belém, zona de quartéis e onde "havia muito engate de carro".

Locais de engate

É num contexto de encontros de rua sujeitos à violência da polícia que surge, em Lisboa, o Bar Z, no Príncipe Real, onde hoje é o Harry's. Este bar, conta Serzedelo, "foi montado por um administrador da Carris, que era inglês e tinha um amante chamado Zé (daí o Z), para ele se encontrar com os seus amigos, longe da polícia. Ao princípio era um clube fechado. O porteiro, o Armando, acabou por abrir muito mais tarde, depois do 25 de Abril, o Finalmente".

Na ausência de lugares exclusivos, os homossexuais frequentavam os lugares da moda. Assim, além das casas de fado, Óscar Alves e Serzedelo lembram locais como a boíte da aristocracia, o Ad-Lib, ou o menos aristocrático Galo no Parque Mayer, o Barbarella, ao fundo da Rua da Atalaia, o Insólito, o Antiquário, no Príncipe Real, o Memorial, que abriu e fechou sob os nomes de Gato Verde e Gato Preto, e que foi o primeiro bar a fazer matinés para lésbicas. Até que José Filipe Vilhena abre o Bric à Bar, um dos lugares míticos dos roteiros da noite homossexual do final do Estado Novo, diz António Serzedelo, acrescentando que este bar "teve a primeira mulher porteira que ficou famosa em Lisboa, a Emília".

Muito famoso, no início dos anos 1970, e dirigido a um público homossexual mais jovem, foi o Marygold, na Rua do Sol ao Rato, talvez o local que mais rusgas da polícia sofreu pela quantidade de denúncias que eram feitas. Muitas das testemunhas ouvidas pela Pública

contam que as denúncias eram motivadas pela desconfiança de que ali iam homossexuais para se prostituírem e consumirem droga. Esta associação entre homossexualidade e drogas surge já no marcelismo e foi o início do crescendo de consumo de droga que explodiu já nos anos 1980.

Quanto a restaurantes, o primeiro assumidamente homossexual em Portugal foi a Baiúka, no Bairro Alto. O Alfaia era muito frequentado por lésbicas.

Lugares de encontro eram também as praias da Costa da Caparica. Octávio Gameiro explica que, quando não havia sequer ponte sobre o Tejo, a Costa dava segurança contra a polícia. Serzedelo especifica que o local de eleição na Caparica era a praia do Castelo, hoje praia 14.

Nas universidades, só política

Fruto da guerra colonial e das ideias que vinham de fora, a sociedade portuguesa foi ganhando hábitos mais liberais e isso reflectiu-se na vivência da sexualidade. "Há um mundo libertário dos anos 1960 e um movimento de reivindicação homossexual que entra em Portugal através de uma elite que tinha acesso ao que vinha de fora", defende Cascais. Mas este investigador esclarece que esta abertura, que "entronca com a liberdade social que se viveu na Primavera Marcelista, existia só na alta sociedade, em alguma classe média nascente e nos meios artísticos e intelectuais". As rusgas continuavam, mas "as pessoas não ficavam presas".

A maior liberdade não tem eco na universidade. A professora universitária reformada Yolanda Gonçalves conta a sua experiência de aluna. "Na faculdade, para onde entrei em 1964, a luta académica dominava toda a cena. A mentalidade em Letras era de um conservadorismo atroz", explica, precisando que se falava de homossexualidade mas "retrospectivamente" - de casos da reitora anterior, Virginia Rau. "Era tudo muito abafado, muito às escondidas, porque a infiltração dos esbirros da PIDE estava no auge." Acrescenta ainda que em Letras "a homossexualidade masculina continuava a ser mais visível".

Cascais sustenta que "os estudantes universitários recebem a luta política, mas não bebem a luta pelos direitos das mulheres e dos homossexuais". É esta separação que, segundo António Cascais, está por detrás do facto de, "após o 25 de Abril, a sociedade portuguesa manter os padrões de homofobia". E explica: "É que as elites que formaram os partidos vinham de universidades e de uma formação política que não incluía a defesa dos direitos das minorias, ao contrário do que se passou em Espanha, que viu nascer movimentos gay ligados aos partidos logo após o fim do franquismo." (Em Espanha, o Estado está a rever as perseguições aos homossexuais e estão a ser concedidas as primeiras indemnizações.)

Assim, e em termos de vivência da homossexualidade, 1974 não trouxe liberdade. O Movimento de Acção dos Homossexuais Revolucionários (MAHR) morreu logo depois de publicar nos jornais o seu manifesto. Esse foi o primeiro documento de defesa de direitos dos homossexuais em Portugal e provocou a ira de um membro da Junta de Salvação Nacional, o general Galvão de Melo, que foi à televisão dizer que a revolução não se tinha feito para "prostitutas" e "homossexuais". Mas na sua breve vida, ainda organizou uma manifestação no Porto, junto aos Clérigos, que os jornais noticiaram como tendo mil manifestantes, mas que na

prática teve "998 mirones a verem os dois 'paneleiros'", conta Serzedelo, lembrando uma piada feita por um elemento do grupo sobre aquele dia.

Já o lesbianismo não teve direito a nada. Mesmo o Movimento de Libertação das Mulheres, que integrava várias lésbicas, nunca assumiu esta luta e a sua radicalidade foi apenas a da defesa do feminismo.

Só nos anos 1980 surge o que muitos homossexuais e estudiosos caracterizam de "democratização" ou de "proletarização" da homossexualidade. Uma viragem que Cascais assinala simbolicamente com a morte do cantor António Variações, a 13 de Junho de 1984: "Naquele dia, na Basílica da Estrela, percebi que havia um mundo que tinha morrido. Nada ia ser igual."

Amor numa cadeia da PIDE

Na Cadeia da PIDE em Caxias, dentro de uma cela colectiva com mais de dez mulheres, na maioria militantes comunistas, a alta dirigente do PCP Fernanda de Paiva Tomás e a médica e apoiante do PC de Angola, Julieta Gandra, viveram, durante cinco anos, uma paixão e uma relação homossexual.

As duas mulheres sofreram um duplo estigma: estarem numa prisão da PIDE e sob o olhar reprovador das companheiras de cela. As duas encontraram-se na prisão em 1961, Julieta Gandra foi posta em liberdade em 1965, mas a relação prolongou-se até 1984, ano da morte de Fernanda de Paiva Tomás. Esta foi a mulher que cumpriu a maior pena de prisão política aplicada pela PIDE: nove anos e nove meses (ver PÚBLICO de 22/10/2007).

A sua história de amor marcou de tal forma a memória das prisões políticas do Estado Novo que, décadas depois, quando elaborou as suas memórias, Maria Eugénia Varela Gomes ainda criticou as duas mulheres. A relação permaneceu mais ou menos esquecida, ou foi relatada apagando a parte amorosa e o escândalo que causou.

Ainda hoje provoca constrangimento abordar o assunto entre os meios da oposição antifascista e comunistas, reconhece o membro do Comité Central do PCP Ruben de Carvalho. "O caso da Julieta Gandra e da Fernanda de Paiva Tomás foi mais complicado porque foi dentro da cadeia e foi uma coisa para que nenhuma das mulheres que estavam presas estava preparada. Não estavam preparadas para viver com aquilo na cela, onde até havia crianças", diz à Pública Ruben de Carvalho, frisando que se "vivia no Portugal dos anos 60". Este dirigente comunista acrescenta outro nível de análise: "São duas intelectuais de boas famílias, não foi uma história entre mulheres operárias ou de origem operária ou rural." E, diz, "a hostilidade que a Fernanda da Paiva Tomás sentiu na cela" por parte das outras dirigentes e militantes comunistas terá contribuído para a sua ruptura com o PCP pela extrema-esquerda.

PCP: o caso Fogaça

A homossexualidade de Fernanda de Paiva Tomás nunca foi usada publicamente pela PIDE - sublinha Ruben de Carvalho -, assim como nunca usou um outro caso importante na história das prisões políticas que foi o da prisão do dirigente de topo do PCP, Júlio Fogaça, numa pensão da Nazaré com o seu companheiro, em 1960.

Na ficha da PIDE de Fogaça, além da condenação política enquanto dirigente do PCP, está escrito: "Julgado em 6-4-962 pelo Tribunal de Penas, tendo sido classificado de pederasta passivo e habitual na prática de vícios contra a natureza." Um tipo de registo que, segundo explica à Pública a historiadora Irene Pimentel, "não é muito visível nos processos da PIDE e que não é nada evidente no caso das mulheres". Curiosamente, frisa, a homossexualidade de Fogaça só seria usada para o denegrir pelo inspector da PIDE Fernando Gouveia nas suas memórias, mas depois do 25 de Abril.

Se a PIDE não usava estas informações para atacar politicamente o PCP, nos meios homossexuais havia medo de que as denúncias à polícia chegassem à PIDE. Há, de acordo com vários homossexuais e lésbicas ouvidos pela Pública, memória de homossexuais "incomodados" pela PIDE. "A perseguição vivia muito da denúncia e a PIDE também pagava por informações sobre comportamentos homossexuais", confirma o artista plástico Óscar Alves.

Ruben de Carvalho destaca o facto de a PIDE nunca ter usado informação sobre a sexualidade dos presos precisamente por o fascismo ter uma "forma especial de tratar a homossexualidade", não a reconhecendo mas permitindo-a em certas elites - Paulo Rodrigues, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, era publicamente conhecido como homossexual e despachava diariamente com Salazar.

O caso Fogaça, porém, foi complicado para o PCP, partido que vivia clandestino numa sociedade homofóbica, e este dirigente acabou por ser expulso do partido em 1961 devido a "aspectos da conduta" (ver PÚBLICO de 28/01/2000)

A dificuldade criada ao PCP pela homossexualidade de um seu dirigente poderia ser usada com fins políticos, sublinha Ruben de Carvalho ao divulgar que "houve um momento complicado a seguir ao 25 de Abril" relacionado com este caso: "Foi complicado quando se soube do depoimento na PIDE do tipo que foi preso com ele. É um documento sórdido de polícias a tratar de problemas afectivos. Não é um testemunho político. Se isso fosse tornado público, tinha sido complicado para o PCP."

Mas Ruben de Carvalho garante que a expulsão de Fogaça, que era há 20 anos o grande opositor de Álvaro Cunhal na determinação da orientação político-ideológica do PCP, não se deve a um preconceito homofóbico. Deveu-se apenas a questões de segurança: "Sempre ouvi sublinhar que a expulsão do Fogaça não tinha a ver com perseguição à sua homossexualidade, mas ao facto de pôr em causa a segurança do partido. Ele usava meios do partido, casas, carros, para os seus encontros românticos. Nem que o Fogaça fosse irmão gémeo do Álvaro, depois do que aconteceu o resultado seria aquele. Ele pôs em causa a organização e a política do partido, não foi utilizado mas podia ter sido." a

.....

Guerra Colonial - Sim, havia maior liberdade sexual, mas um oficial matou-se na parada

O seu número é o 1/808/71. Foi um processo de averiguações aberto em Moçambique no Quartel de Nampula, pela Polícia Militar. As investigações decorreram entre Janeiro de 1971 e Dezembro de 1973. Mas, segundo as informações prestadas à Pública pelo Arquivo Geral do Exército, em Lisboa, o processo ficou em Moçambique após a descolonização. Oficialmente, a investigação foi sobre a existência de actividades subversivas e risco para a segurança do Estado e envolveu centenas de militares, expandindo-se a outras frentes da Guerra Colonial, como Angola. Mas a subversão em causa não era política. Era, sim, a acusação de práticas homossexuais.

O processo começou em Janeiro de 1971 quando, após uma noite de sexo, dois soldados chamaram a Polícia Militar ao quarto onde tinham dormido com outros dois homens, acusando-os de roubo. Na casa foram encontradas fotografias de festas homossexuais envolvendo soldados. As rusgas alastraram, os interrogatórios também e por fim o escândalo instalou-se oficialmente. A palavra "homossexualidade" ou equivalente não terá ficado escrita. Mas houve vítimas de inquéritos e interrogatórios sem regras, vítimas de castigos e detenções, vítimas enviadas para a frente de guerra compulsivamente, famílias com posses que envolveram advogados para ilibar a vergonha e o apelido. E até houve o suicídio de um oficial em plena parada.

Mas, com o desaparecimento do processo, nada se poderá provar sobre o que ficou nos autos. O assunto, contudo, está parcialmente abordado sob a forma de ficção no terceiro conto Pesadelo, da obra Persona de Eduardo Pitta (Ed. Angelus Novus, 2000).

"Era a loucura máxima"

O major na reserva Mário Tomé, antigo ajudante de campo do general Kaúlza de Arriaga, enquanto este foi comandante em chefe de Moçambique, e que esteve naquelas funções entre Setembro de 1972 e Julho 1973, disse à Pública que não se lembra deste processo, mas admite a sua existência e que "tenha sido comentado entre os oficiais". Tomé considera que "o processo é uma situação anómala" e que "o Guira [então chefe da Polícia Militar de Nampula] sempre foi um disparatado", pelo que essa investigação "é uma violência".

Mário Tomé diz que, embora proibida no Regulamento de Disciplina Militar (RDM) - e foi-o até 1999 -, a homossexualidade era normal. "Havia oficiais do quadro que eram homossexuais e isso era sabido." O mesmo oficial diz que "havia casos que podiam pôr em causa a disciplina da unidade e a moral das tropas", mas sublinha que era normal tal situação. Tomé adianta mesmo que nas companhias que comandou teve soldados homossexuais que "eram protegidos e havia festas onde homens dançavam com homens e alguns vestiam-se de mulher". E conclui que, "desde que não exagerassem na exteriorização e não houvesse queixas, não havia problemas".

Generalizando, Mário Tomé defende que "é normal em ambiente de caserna que a homossexualidade frustrada ou reprimida se liberte", e explica que um "ambiente confinado e fechado acaba por a potenciar: "Na altura, a homossexualidade era uma coisa aceite nas elites, mas socialmente condenada, mas na tropa era menos condenada. Era estranha, mas não limitava os militares." Essa normalidade foi retratada com dramaticidade por Joaquim Leitão no filme 20,13.

Já o artista plástico Óscar Alves corrobora que em África "era a loucura máxima" e que "havia grande nível de homossexualidade na tropa". O antigo corredor de automóveis Nicha Cabral diz que quando foi correr a primeira vez a Angola, em 1961, percebeu que "muitos militares faziam-no por dinheiro ou porque queriam e falavam disso".

Falando da sua experiência pessoal, o cronista social Carlos Castro conta que, na companhia 515, onde esteve em Angola, "com Ernesto Melo Antunes", sempre foi "protegido por este do assédio de outros" militares. "Na tropa nunca senti a mão da discriminação", recorda, acrescentando que foi "nos quartéis que surgiram os fenómenos de transformismo, a Belle Dominique e a Guida Scarlatty".

Esta situação não é específica da Guerra Colonial portuguesa. Octávio Gameiro, autor da tese de mestrado *Do Acto à Identidade: Orientação Sexual e Estruturação Social*, lembra: "O movimento gay começa nos Estados Unidos com a desmobilização da Coreia, as tropas vêm para a zona da cidade portuária de São Francisco e não voltam a casa. A guerra é a situação limite, de excepção, muita coisa é posta entre parêntesis e as relações de solidariedade vão conduzindo a opções de vida." Nicha Cabral, por seu lado, explica que, pelo que viu, muitos dos que tinham relações homossexuais em Angola não eram homossexuais: "Havia muita homossexualidade por necessidade de ternura, de carinho, de conviver com gente civilizada."

Assim, havia soldados que viviam relações homossexuais e depois voltavam, casavam e tinham filhos. Outros assumiram relações homossexuais que perduram até hoje. O especialista em História da homossexualidade e professor universitário António Fernando Cascais sublinha que "na Guerra Colonial eram privilegiadas as relações entre homens mais ou menos abertas". E frisa que "ali nasceu a consciência de homens se relacionarem uns com os outros". Cascais concretiza que no Lobito e em Luanda havia um prenúncio do que vieram a ser "as comunidades gay".

Lesbianismo mais assumido

Mas em África a homossexualidade não era só permitida nos quartéis, era-o também entre as elites. Luanda, por exemplo, para onde Carlos Castro - que vivia em Moçamedes - foi aos 15 anos, era nos anos 60 uma cidade onde "se viam militares que chegavam, homossexuais assumidíssimos", em locais de engate como "a Grande Avenida e a estação dos autocarros, a Mutamba". E garante que havia "encontros em casas particulares" e que "ninguém era preso".

Também entre as mulheres o lesbianismo era assumido, em várias cidades angolanas no final dos anos 60 e início dos 70. De acordo com as informações recolhidos junto de lésbicas que aí viveram mas pediram anonimato, em Sá da Bandeira (hoje Lobango) havia um grupo de

lésbicas que "andava" à vontade e que incluía homens. Eram filhas das famílias de elite e iam à praia de Moçamedes.

Em Luanda era igual. As mulheres juntavam-se numa casa onde havia festas ao fim-de-semana, no Bairro de Alvalade, o da elite, e frequentavam bares, cabarés e restaurantes à noite, lugares hetero mas onde as mulheres podiam trocar carícias e beijar-se. A liberdade era tal que, já depois do 25 de Abril de 1974 e antes da Independência de Angola, em Luanda houve duas mulheres que casaram civilmente na presença de um notário, embora - como ainda hoje - sem valor legal.

Em Moçambique, a homossexualidade era menos visível, mas era permitida nas elites, frisa o escritor Eduardo Pitta, natural de Lourenço Marques (hoje Maputo). "Havia festas só com homossexuais na Catembe, na casa do responsável pela rádio bilingue português e inglês, mas também havia festas com homossexuais, por exemplo em casa da Edith Arvelos, que vivia com a cantora italiana Wanda del Ré", relata Eduardo Pitta.

Os locais de engate em Lourenço Marques para homens eram o Café Scala e os cabarés da Rua Araújo, igualmente frequentados por lésbicas que se encontravam também em casas particulares, na boíte do Hotel Girassol e no Hotel Polana, conta Sónia Lavinhas, reformada a viver em Belo Horizonte e que era filha das elites de Lourenço Marques - o pai era professor e a mãe secretária da mulher do governador, Baltasar Rebelo de Sousa.

Já na Beira, conta Marita Ferreira, co-fundadora da Ilga e autora do blogue Tangas Lésbicas, "era difícil, para as mulheres, que ficavam classificadas". As noites quer de mulheres quer de homens eram passadas na boíte Moulin Rouge e "os homens tinham uma zona à beira-mar, mas expunham-se mais e havia espancamentos". Marita Ferreira recorda: "Para mim, era fácil, porque era filha de administrador, mas tive amigos presos e ameaçados pela polícia. Como "não havia" homossexualidade, havia impunidade na perseguição."